



ATA N.º 2545

1 Aos **23** (vinte e três) dias do mês de **abril** de **2013** (dois mil e treze), reuniram-se, em caráter ordinário,
2 na Sala de Reuniões do sexto andar da sede das Secretarias de Obras e Viação e do Urbanismo
3 Municipal, às dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, os membros do Conselho Municipal
4 de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Estavam presentes: **Cristiano Roberto Tatsch**,
5 Secretário da secretaria do Urbanismo Municipal e presidindo a reunião; **Jorge Luiz Costa Melo**,
6 primeiro suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Julio Cesar Miranda**, titular da Empresa Pública de
7 Transporte e Circulação (EPTC); **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de
8 urbanismo (SMUrb); **Luciano Cé**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação
9 (SMOV); **Pedro Alberto da Silva Souza**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM); **Iara**
10 **Castello** titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); **Fabiana da Silva Figueiró**,
11 titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); **Dino Damiani Neto**,
12 primeiro suplente, e **Jorge Diogo de Jesus**, segundo suplente da Associação Riograndense dos
13 Escritórios de Arquitetura (AREA); **Anelise Cancelli**, primeira suplente do Instituto Urbano Ambiental
14 (IUA); **Fernando Campos Costa**, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); **José Luiz Seabra**
15 **Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS); **Antonio**
16 **Zago**, titular do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon); **Émerson de Souza**
17 **Machado**, primeiro suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS); **Jorge**
18 **Larré**, primeiro suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto
19 Alegre (STICC); **Ibirá Santos Lucas**, primeiro suplente, e **Raul Jakubaszko**, segundo suplente da
20 Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **Osório Queiroz Junior**, titular, e **Jorge Conceição**
21 **de Souza**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Luis Carlos Pires**
22 **dos Santos**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Clarita Parisotto**, titular da
23 Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Ricardo Angelini**, titular da Região de Gestão de
24 Planejamento Cinco (RGP 5); **Anadir Lourdes Alba**, titular, e **José Ronaldo Leite Silva**, primeiro
25 suplente da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Altayr Barison**, titular, e **Eduíno de**
26 **Mattos**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Rosane de Marco**,
27 titular, da Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP 8); **Alceu da Rosa Silva**, titular da Temática do
28 Orçamento Participativo Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCDUA), e **Ana**
29 **Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente Cristiano Tatsch** fez a
30 abertura da sessão e deu início à **Votação da Ata**. Não foram solicitadas correções. A ata 2544 foi
31 colocada em votação e foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções. **Ata Aprovada.**
32 **Presidente** deu início às **Comunicações**. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) criticou a quantidade
33 exagerada de movimentos e contestações populares verificadas. Disse que antigamente havia maior
34 preocupação com o trabalho. Conselheiro **Osório** (RGP 2) informou que foi realizada reunião da
35 Comissão Tripartite na quinta feira última, e que haverá continuidade. Convidou os interessados a
36 participarem. Informou que foi realizada reunião da comissão de mobilidade no dia, e que na semana
37 seguinte haveria outra. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) fez projeção de fotos para ilustrar a ocupação por
38 automóveis de área de pedestres na Orla do Gasômetro, opinou necessário maior regramento pelo
39 Município, denunciou a venda de CDs piratas, e opinou que a EPTC devesse impedir a entrada de
40 automóveis. Conselheiro **Ricardo** (RGP 5) informou que participou de reunião do Orçamento
41 Participativo na região do Cristal, com a presença do Secretário Busatto. Disse que foi apresentada a
42 equipe gestora da região, que a reunião foi bastante qualificada, e opinou que o trabalho
43 desempenhado pela Prefeitura ajudará bastante. Conselheiro **Fernando** (IAB) informou sobre evento
44 que abordou as mudanças climáticas. Falou que existe divulgação de idéia de sustentabilidade atrelada
45 ao mercado, e opinou que esta lógica não traga efetivas mudanças na qualidade ambiental. Opinou que
46 Porto Alegre tem características ambientais que poderiam ser melhor aproveitadas, como a arborização,
47 a área rural, e o cinturão verde. Falou sobre a importância de propiciar a participação popular neste
48 processo. Opinou que o projeto da Orla poderia ter contado com maior participação e concurso público
49 para a sua qualificação. Conselheiro **Jakubaszko** (RGP 1) informou sobre a defesa da rota migratória
50 de pássaros, falou sobre a necessidade de atenção quando da poda de árvores. Informou sobre
51 encontro de meio ambiente com secretários, solicitou que os detalhes pudessem ser divulgados aos
52 conselheiros. Conselheira **Rosane** (RGP 8) questionou o que ficou definido em relação aos estudos
53 prioritários. Questionou sobre as definições feitas em relação à instituição de Grupo de Trabalho para
54 tratar da restauração da zona rural da cidade, o qual foi tornado sem efeito no final de 2012.



ATA N.º 2545

1 Conselheira **Anadir** (RGP 6) informou que a Feira do Livro da Zona Sul foi um sucesso e que se
2 encaminhou projeto de lei para transformá-la em evento oficial. Em relação ao GT da área rural,
3 informou que existe procura por produtos rurais na zona sul, disse há falta de prestígio da região sul
4 extremo sul pela gestão pública. Disse que foi realizada reunião pelo Fórum 6, e que se questiona sobre
5 projeto da cel Marcos, aprovado no CMDUA, sobre a diretriz para o acesso à orla. Conselheiro **Ibirá**
6 (RGP 1) informou que foi o Fórum da Região 1, na pessoa do Delegado Cesar Cardia, quem promoveu
7 processo que motivou a compra de materiais e mobiliário para o melhoramento da sala de reuniões.
8 Disse que o Fórum habitualmente reúne-se na sala e não pode utilizar. Solicitou atenção da secretaria.
9 **Presidente** deu início à **Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um. Expediente:** 002.210224.00.2.
10 **Interessado:** Maisonave Companhia de Participações. **Assunto:** EVU de Parcelamento do Solo e
11 Edificações. **Local:** Rua Natho Henn, 55 – Protásio Alves. **Relator:** DEMHAB. **Encaminhamentos:** 1 –
12 Vistas à RGP 4 em 13/11/2012; 2 – Em diligências à SMURB em 04/12/2012; 3 – Parecer favorável do
13 relator (Sinduscon) vencido em 26/03/2013; 4 – Processo redistribuído a novo relator (RGP 1) em
14 26/03/2013; 5 – Parecer contrário do relator (RGP 1) vencido em 09/04/2013; 6 – Processo redistribuído
15 a novo relator (DEMHAB) em 09/04/2013. Conselheiro **Fernando** (DEMHAB), relator do processo,
16 apresentou o mesmo. Informou sobre os trâmites. Referiu as análises prévias do CMDUA e os trâmites
17 no interior do Conselho. Informou sobre os pareceres constantes no processo. Deu detalhes e
18 posicionou-se favorável à aprovação. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) informou o seu conhecimento sobre
19 a questão ambiental, áreas de risco e manejo ambiental. Referiu que o Morro Santana possui granito
20 rosa e que o tipo de pedra tem o apodrecimento precoce. Discordou da apresentação feita pelo geólogo
21 e opinou necessário aprofundar a discussão. Conselheiro **Osório** (RGP 2) questionou a data da
22 certidão do imóvel. Conselheiro **Fernando** (DEMHAB) informou que a última data mencionava o ano de
23 1981. Informou parecer da PGM relativo às matrículas envolvidas, referiu sentença que envolve
24 indisponibilidade dos bens e a informação de que o EVU tratava de estudo urbanístico e não das
25 questões de patrimônio. Informou que a disponibilidade do bem não deve interferir na análise do EVU,
26 que possui natureza orientadora e administrativa. Informou que as questões jurídicas do terreno devem
27 ser avaliadas quando da aprovação do projeto e licenciamentos. Informou que o parecer da PGM era de
28 2012. Conselheiro **Jorge** (RGP 2) questionou como ficaria a situação no caso de a área atual do terreno
29 já não representar a situação da matrícula. Conselheiro **Osório** (RGP 2) opinou que a questão é de
30 área e não jurídica. Opinou importante conhecer a área objeto do processo. Conselheiro **Ibirá** (RGP 1)
31 falou sobre a possibilidade de que uma pedra tombe, e da sua preocupação com a onda de vibração
32 que poderia propagar por baixo do solo até as futuras edificações. Referiu infiltrações e movimento do
33 solo e opinou que o local se caracteriza como de risco. Referiu inclinação exagerada. Referiu
34 impedimento na acessibilidade. Referiu falta de segurança. Opinou necessário que o CMDUA
35 solicitasse o estudo de impacto de vizinhança e de laudo mais preciso sobre os aspectos geológicos da
36 rocha mãe. Conselheira **Rosane** (RGP 8) chamou a atenção para o parecer da Conselheira lara
37 (UFRGS) anexado ao processo, que referia preocupação com a ocupação urbana em área de risco,
38 apesar de laudo de estabilidade. Referiu a ocupação perigosa e insalubre aos futuros moradores.
39 Conselheira **Anadir** (RGP 6) opinou haver insegurança. Propôs que fosse feita a votação, mas com a
40 condicionante de que fosse feito estudo de avaliação do solo por entidade idônea, não contratada pela
41 empresa, para avaliação da segurança do terreno. Conselheira **Iara** (UFRGS) opinou que existe
42 confusão quanto à localização e propriedade da área. Disse que em consulta a anexo do Plano Diretor
43 a área parece atingir propriedade da UFRGS, mas que verificou que de fato a área não é da
44 universidade. Falou sobre a questão geológica. Opinou inadequado solicitar nova perícia, falou que
45 existe a responsabilidade técnica no processo e a indicação da área como estável. Opinou que a área
46 não seja instável, mas de risco, frente à restrição ao parcelamento. Informou a declividade posterior a
47 trinta por cento. Salientou esta diretriz do Plano Diretor. Conselheira **Anelise** (IUA) opinou confiável a
48 manifestação do geólogo. Opinou necessário respeitar o parecer técnico. Informou sobre a capacitação
49 do Roberto Cé, requerente, que tem experiência de muitos anos na secretaria do Planejamento e na
50 análise em pauta. Salientou que o terreno não é um loteamento, mas um grupo de edificações.
51 Finalizadas as manifestações, o parecer favorável do relator foi colocado em votação e foi aprovado,
52 recebendo 13 (treze) votos favoráveis, oito (oito) votos contrários, e 3 (três) abstenções. **Processo**
53 **Aprovado. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 002.073510.11.4. **Interessado:** SPM.
54 **Assunto:** Resolução: Alteração de Regime de Atividades de GA 1 para GA 03. **Relator:** SMGAE.



ATA N.º 2545

1 **Encaminhamentos:** 1 – Vistas à AGADIE em 14/02/2012. Em diligências à EPTC, SMOV e SMIC em
2 13/03/2012. Retornou em 26/02/2013. Em diligências à EPTC e SMURB em 26/02/2013. Não retornou.
3 **Adiado. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:** 002.212962.00.0. **Interessado:** Claro. **Assunto:**
4 **ERB “ROOFTOP”. Local:** Rua Albion, 608 - Partenon. **Relator:** SPM. **Encaminhamentos:** 1 - Pedido
5 de Vistas à RGP 7 em 16/10/2012. 2 – Em diligências à SPM/CAUAE em 03/11/2012. Em diligências à
6 SMAM em 22/11/2013. Não retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente:**
7 002.326876.00.9. **Interessado:** Cooperativa Habitacional dos Funcionários do DMAE. **Assunto:** Termo
8 de Referência. **Local:** Av. do Lami, 4911 – Belém Novo. **Relator:** RGP 6. **Encaminhamentos:** Vistas à
9 RGP 8 em 18/12/2012. Em diligências à CAADHAP (SMAM, DEP, DMAE, SMED, SMOV, EPTC e
10 SMURB) em 29/01/2013. Não retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Cinco. Expediente:**
11 002.266116.12.0. **Interessado:** Claro. **Assunto:** RRB – ROOFTOP. **Local:** Av. Baltazar de Oliveira
12 Garcia, 2975. **Relator:** ABES. **Encaminhamentos:** Vistas à RGP 3 em 12/03/2013. Retornou em
13 19/03/2013. Em diligências à SMURB para comparecimento do requerente em 02/04/2013. Não
14 retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Seis. Expediente:** 002.272915.00.6. **Assunto:** ERB –
15 Greenfield. **Interessado:** Claro. **Local:** Estrada do Barro Vermelho, 841. **Relator:** AGADIE.
16 **Encaminhamentos:** Vistas à RGP 8 em 02/04/2013. Em diligência à CAUAE/SMURB em 16/04/2013.
17 Retornou. Relator Ausente. **Adiado. Processo Quatro Ponto Sete. Expediente:** 002.242241.00.7.
18 7869, 002.242241.00.7 e 002.070644.11.0. **Assunto:** Diretrizes para Termo de Referência **Interessado:**
19 **BM PAR Empreendimentos Ltda. Local:** Av. Padre Cacique, 2893. **Relator:** IAB. Conselheiro **Fernando**
20 **(IAB)**, relator do processo, apresentou o mesmo. Informou sobre o histórico dos trâmites e fatos
21 relacionados ao Estaleiro, atividade naval e falência da empresa. Informou audiência pública realizada
22 para definir a possibilidade ou não de edificar edifícios residenciais e o resultado contrário à edificação
23 de residências. Referiu a importância do tema à Porto Alegre. Referiu questões controversas que
24 permeiam a discussão. Opinou importante a discussão e participação da sociedade sobre os destinos
25 da área. Citou as entidades que participaram deste processo na época da audiência pública. Referiu
26 aspectos do Termo de Referência a serem detalhados. Salientou necessidade de atenção ao aspecto
27 natural e cultural. Sugeriu complementar estudos sobre a paisagem e atenção ao fato de ainda o
28 Guaíba ser considerado rio. Opinou que alguns temas do Estudo de Impacto de Vizinhança poderiam
29 auxiliar bastante. Referiu diversidade de impactos envolvidos. Detalhou-os. Salientou a importância de
30 que seja caracterizado o adensamento populacional e situação socioeconômica da região, assim como
31 os impactos do empreendimento sobre estes aspectos. Deu detalhes. Conselheira **Iara** (UFRGS) disse
32 que as minutas de TR são bastante similares, e opinou que os locais são peculiares e que deve haver
33 diferenciação. Opinou necessário, para a qualificação da análise, que seja enviada planta e mapa
34 ilustrativo juntamente com a minuta do Termo de Referência. Questionou o motivo de a SMED solicitar
35 no TR a indicação de escolas ou outros equipamentos comunitários, frente a não implementação de
36 residências. Salientou que o empreendimento não gera adensamento populacional, mas que o impacto
37 no fluxo exige atenção. Sugeriu o apontamento sobre a relação da mobilidade com outros
38 empreendimentos na região, tais quais o Barra Shopping, o Museu Iberê Camargo, o Joquey, o Clube
39 Veleiros, e o rio como um todo. Opinou necessária análise ao impacto urbanístico. Sugeriu a correção
40 do nome da SPM para SMURB. Conselheiro **Breno** (SMURB) esclareceu a necessidade de diagnóstico
41 dos equipamentos comunitários como forma de verificar a existência de possíveis carências e subsidiar
42 a mitigação ou compensações. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) falou que o local é vulnerável a cheias,
43 disse que o Barra Shopping não cumpriu a quota de cheias, e opinou que no TR deva constar. Informou
44 que existe determinação do Ministério Público para a área, a qual não é cumprida, que trata de
45 demarcação visual dos limites do terreno. Informou que há cerca que bloqueia as áreas públicas.
46 Conselheiro **Alceu** (OCDUA) referiu discussão e muita polêmica. Opinou necessário maior coerência
47 nas análises e criticou o tendencismo político. Conselheiro **Ricardo** (RGP 5) solicitou vistas ao processo.
48 Opinou importante o empreendimento para a cidade e região. Conselheira **Fabiana** (ABES) opinou
49 necessário o maior detalhamento na fase do TR da tipologia do empreendimento e do tipo de atividade
50 comercial e de serviços a serem implementados. Sugeriu incluir no TR avaliações sobre a geração de
51 resíduos - com atenção para a fase da obra e da operação, alteração de temperatura, emissão de
52 poluentes, estacionamentos a partir das atividades que serão implementadas. Deu detalhes.
53 Conselheira **Anadir** (RGP 6) solicitou vistas conjuntas. Opinou que o local onde foi edificado o Museu
54 Iberê Camargo não foi adequado, referiu falta de acesso, falta de relação com a paisagem, falta de



ATA N.º 2545

1 acesso ao rio, e desconexão com a paisagem. **Vistas à RGP 5 e RGP 6. Processo Quatro Ponto Oito.**
2 **Expediente:** 002.071685.12.0 – Reconsideração. **Interessado:** UVE/SPM. **Assunto:** Resolução –
3 Alteração do Código do Grupamento de Atividades. **Local:** Estrada Cristiano Kraemer trecho do lado
4 par entre os números 400 e a rua Meurilio Ferreira e o lado ímpar entre a rua Frederico Carlos Gomes e
5 o número 2605 – Vila Nova. **Relator:** OAB. Conselheiro **Domingues** (OAB), relator do processo,
6 apresentou o mesmo. Informou o trâmite anterior pelo CMDUA. Informou a não aprovação da
7 resolução. Informou o pedido de reconsideração feito pelo requerente. Referiu pareceres da RGP 6 e da
8 relatora da Região 8, contrários à alteração do regime de atividades. Detalhou o pedido de
9 reconsideração. Informou anexação de mapas ilustrativos ao processo. Referiu características da via
10 Informou justificativas apresentadas pelo interessado, fez a leitura dos motivos e fundamentações
11 anexas ao processo. Referia o perfil de transformação da região e necessidade de oferecer infra-
12 estrutura e serviços aos moradores. Informou adensamento populacional. Referiu a análise técnica e
13 setores da SPM e o posicionamento pela necessidade de aprovação da resolução. Referiu o
14 descontentamento do requerente frente à manifestação no CMDUA de que o interesse particular não
15 seria representativo das necessidades da região. Referiu a afirmação de que o tamanho do terreno
16 permitia o fracionamento em 5 lotes. Referiu a solicitação para que houvesse nova análise, mais
17 abrangente, de forma a considerar o planejamento do bairro. Deu detalhes e posicionou-se favorável à
18 aprovação da resolução. Conselheiro **Alceu** opinou que o requerente utilizou palavras pretensiosas que
19 questionavam a representatividade da Conselheira regional. Posicionou-se contrário por este motivo.
20 Conselheira **Rosane** (RGP 8) criticou o adensamento sem planejamento e desqualificado que ocorre no
21 extremo sul. Falou sobre as conseqüências que trazem a alteração de regime de atividades.
22 Conselheiro **Ronaldo** (RGP 6) solicitou vistas. Conselheira **Anadir** opinou que a conselheira Rosane
23 tem legitimidade para representar os moradores. Opinou que a manifestação do interessado foi
24 desprestigiosa. Opinou importante questionar a comunidade sobre o caso. Conselheiro **Breno**
25 (SMURB) salientou que o assunto é de competência do CMDUA, e opinou que não houve desrespeito.
26 Informou o teor da análise e em pauta e opinou que a não aprovação da resolução incentiva a
27 clandestinidade. Conselheira **Iara** (UFRGS) posicionou-se favorável. **Vistas à RGP 6 e RGP 8.** Às vinte
28 horas e trinta minutos, foram **encerrados** os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento
29 Urbano Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o Presidente e os vice-presidentes da
30 Sessão, assino e lavro a presente ata.

31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Cristiano Tatsch
Presidente

Retificações à presente ata encaminhadas em sessão do dia 30 de abril de 2013.

Conselheira **Anadir** (RGP 6) solicitou que em relação a sua fala da página dois e linha trinta e nove constasse que a sua contribuição se deu no sentido de esclarecer situação de contradição existente frente à manifestações de dois geólogos, o profissional do processo e o Conselheiro Ibirá.

A íntegra desta sessão encontra-se disponível em áudio junto à Secretaria Executiva deste Conselho.